

AS DIMENSÕES ARGUMENTATIVAS NO CONTEXTO DO ARTIGO DE OPINIÃO PRODUZIDO POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Lenilton Damião SILVA JUNIOR

Débora Amorim Gomes da COSTA-MACIEL

Universidade de Pernambuco - UPE

Resumo: Discutimos como alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Ensino do município de Itaquitinga-PE mobilizam estruturas argumentativas para produzirem seus artigos de opinião (AO) e o que essas produções reverberam nos estudos da linguagem e da educação. O trabalho se inscreve no campo da Linguística Aplicada e apresenta ramificações na área de Educação. Apoiamo-nos na tradição pedagógica de gêneros, de Bronckart (2006); artigo de opinião, de Kaufman e Rodríguez (1995) e na Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). É uma pesquisa de abordagem qualitativa (Flick, 2007) e natureza exploratória (Lodico et al., 2006) cujo corpora são dois artigos de opinião. Utilizamos elementos da técnica de análise de conteúdo categorial de Bardin (2006) para definirmos as categorias: contexto, conteúdo temático e plano global do texto. Os resultados apontam que os AO têm fragilidades na estrutura argumentativa e deficiências relacionadas aos aspectos notacionais do AO.

Palavras-Chave: Dimensões argumentativas. Artigo de opinião. Ensino Médio.

THE ARGUMENTATIVE DIMENSIONS IN THE CONTEXT OF THE OPINION ARTICLE PRODUCED BY HIGH SCHOOL STUDENTS: THEORETICAL- PRACTICAL REFLECTIONS

Abstract: We discussed how students in the 3rd year of high school at a state school in the city of Itaquitinga-PE mobilize argumentative structures to produce their opinion articles (AO) and what these productions reverberate in studies of language and education. The work is part of the field of Applied Linguistics and has ramifications in the area of Education. We rely on Bronckart's (2006) pedagogical gender tradition; opinion article, by Kaufman and Rodríguez (1995) and in Nova Rhetoric, by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014). It is a research of qualitative approach (Flick, 2007) and exploratory nature (Lodico et al., 2006) whose corpora are

two opinion articles. We used elements of Bardin's (2006) categorical content analysis technique to define the categories: context, thematic content and global text plan. The results show that the AO have weaknesses in the argumentative structure and deficiencies related to the notational aspects of the AO.

Keywords: Argumentative strategies. Opinion article. High school.

LAS DIMENSIONES ARGUMENTATIVAS EN EL CONTEXTO DEL ARTÍCULO DE OPINIÓN PRODUCIDO POR ESTUDIANTES DE SECUNDARIA: REFLEXIONES TEÓRICO-PRÁCTICAS

Resumen: Discutimos como los estudiantes en el 3er año de secundaria en una escuela estatal en la ciudad de Itaquitinga-PE movilizan estructuras argumentativas para producir sus artículos de opinión (AO) y lo que estas producciones repercuten en los estudios de lenguaje y educación. El trabajo es parte del campo de la Lingüística Aplicada y tiene ramificaciones en el área de Educación. Confiamos en la tradición pedagógica de género de Bronckart (2006); artículo de opinión, de Kaufman y Rodríguez (1995) y en Nova Rhetoric, de Perelman y Olbrechts-Tyteca (2014). Es una investigación de enfoque cualitativo (Flick, 2007) y de naturaleza exploratoria (Lodico et al., 2006) cuyos corpus son dos artículos de opinión. Utilizamos elementos de la técnica de análisis de contenido categórico de Bardin (2006) para definir las categorías: contexto, contenido temático y plan de texto global. Los resultados muestran que el AO tiene debilidades en la estructura argumentativa y deficiencias relacionadas con los aspectos de notación del AO.

Palabras-clave: Dimensiones argumentativas. Artículo de opinión. Escuela secundaria.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discutimos como alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada Estado de Pernambuco, mobilizam as estruturas argumentativas para produzirem seus artigos de opinião (AO) e o que essas produções reverberam no campo dos estudos da linguagem e da educação.

O presente trabalho é um recorte de pesquisa de Mestrado realizada pelos autores no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco - UPE e foi motivado pela necessidade que, segundo os(as) professores(as), os alunos têm na produção de textos da ordem do argumentar, como o artigo de opinião. Essas dificuldades partem desde a etapa de planejamento até a etapa de produção do gênero.

Convém destacar que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (BRASIL, 1998), os PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (2002), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) e, ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), o gênero artigo de opinião é um dos gêneros de domínio fundamental para a efetiva participação social.

Interessa saber, ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) também enfatizam o ensino da argumentação, uma vez que “[...] a democratização da sociedade exige, necessariamente, informação e conhecimento para que a pessoa possa situar-se no mundo, argumentar, reivindicar e ampliar novos direitos” (BRASIL, 2013, p. 528). Desse modo, a argumentação consiste em um importante exercício para compreensão do mundo e ação nele. Todavia, para que isso ocorra, faz-se necessário fornecer subsídios aos estudantes (conhecimentos linguísticos e extralinguísticos) para que eles saibam como argumentar diante das questões que afetam a harmonia social.

Para desenvolver o trabalho, baseamo-nos na tradição pedagógica de gêneros, cujo precursor é Bronckart (2006), bem como nas contribuições de Kaufman e Rodriguez (1995) a respeito do gênero artigo de opinião. Baseamo-nos, também, nas considerações sobre a Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (FLICK, 2007) e natureza exploratória (LODICO *et al.*, 2006), cujo *corpora* é formado por dois artigos de opinião, produzidos por alunos(as) do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada na cidade de Itaquitinga-PE. Em suas produções, dois alunos discorrem sobre o problema do mau uso dos recursos hídricos, enquanto que os outros dois discorrem sobre violência. De posse dos dados coletados, utilizamos elementos da técnica de análise de conteúdo categorial de Bardin (2006) para identificar a presença/ausência de dimensões argumentativas, como: tese, argumento, contra-argumento e conclusão, e, a partir dessas categorias, refletimos sobre os caminhos possíveis para o trabalho com a argumentação no contexto do AO na Educação Básica.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, discorreremos sobre a concepção de gênero por nós assumida, bem como discorreremos sobre os aspectos discursivos e notacionais do gênero artigo de opinião. Em seguida, apresentamos as dimensões

argumentativas supracitadas e as análises dos textos produzidos pelos(as) alunos(as), encerrando o trabalho com nossas considerações finais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O CONCEITO DE GÊNERO

Apoiando-nos em Bezerra (2017), podemos afirmar que o texto que apresenta características de determinado gênero pode ser chamado de gênero textual e/ou gênero discursivo, porque o gênero é as duas coisas, uma vez que ambas tratam do fenômeno da linguagem. “O que obviamente pode acontecer são distintas formas de abordar teoricamente o mesmo objeto.” (BEZERRA, 2017, p. 28).

Por sua vez, Bronckart (2006), precursor do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) e da tradição pedagógica de gêneros a qual também comungamos de seus postulados, compreende que atividades de linguagem são realizações externas de processos internos, e reitera que essas atividades ocorrem por meio de textos. Estes últimos possuem estruturas culturalmente consagradas e funções socialmente definidas. Então, por estarmos interessados na arquitetura textual, utilizaremos o termo gênero textual (Bronckart, 2007; 2006).

Convém destacar, também, que o fato de podermos considerar gênero como megainstrumento, inclusive para o ensino-aprendizagem, tem sido bastante produtivo e bem recebido no ensino de línguas, porque podemos trabalhar com ele em uma perspectiva interdisciplinar de reconstrução de um objeto ou a sua continuidade (Rojo, 2008).

Complementarmente as contribuições teóricas apresentadas acima, Marcuschi (2008) afirma que gêneros são textos materializados em situações comunicativas recorrentes e apresentam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Portanto, podemos afirmar que gêneros textuais são práticas sociais comunicativas com estrutura mais ou menos fixa e funcionalidade bem definida. Além disso, precisamos reiterar que assumimos aqui a concepção de linguagem como instrumento de interação social e, mais

do que isso, que estamos interessados na arquitetura textual do AO, a partir da qual exploraremos como os alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual de Ensino de Itaquitinga-PE mobilizam as dimensões argumentativas e o reflexo de suas produções para o ensino de Língua Portuguesa no contexto da Educação Básica.

Por essa razão, apresentamos a seguir algumas breves considerações sobre o gênero artigo de opinião.

1.2 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Segundo Kaufman e Rodriguez (1995), o artigo de opinião é um gênero pelo qual seu autor, denominado articulista, defende um ponto de vista sobre temas polêmicos (legalização da maconha, aborto, feminicídio etc.) que afetam a vida em sociedade. Assim, o gênero contém comentários, avaliações, expectativas sobre um tema da atualidade que, por sua transcendência no plano nacional ou internacional, já é considerado ou merece ser objeto de debate.

Ainda segundo as autoras, na categoria de textos de opinião, incluem-se os editoriais, artigos de análise ou pesquisa e as colunas que levam o nome de seu autor. Esses artigos e colunas transmitem a opinião de seus redatores, o que pode nos levar a encontrar, muitas vezes, opiniões divergentes e até antagônicas em uma mesma página. Trata-se de um texto que pertence à esfera jornalística, por esse motivo, circula em jornais e revistas.

Interessa saber, ainda, que, embora possa ter distintas superestruturas, em geral, esse texto se organiza seguindo uma linha argumentativa, que se inicia com a identificação do tema em questão, acompanhada de seus antecedentes e alcance, e que segue com uma tomada de posição. Em outros termos, podemos encontrar em um AO a formulação de uma tese (ou *topoi*, no dizer de Anscombe e Ducrot (1988), diferentes argumentos e/ou contra-argumentos – de forma a justificar esta tese – e, para encerrar, uma reafirmação da posição adotada no início do texto.

No que se refere à macroestrutura de um texto, Antunes (2009) defende ser necessário haver três partes bem definidas: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Na introdução, geralmente, explicita-se o objetivo pretendido com o texto, justifica-se a pertinência do tema, bem como apresenta-se a arquitetura textual. No desenvolvimento, o corpo do texto, são

apresentadas e discutidas as bases teóricas e práticas sob as quais o texto está assentado. Já, na conclusão, geralmente, reitera-se um raciocínio que os interlocutores não podem perder de vista ou apresenta-se alguma proposta de intervenção para o problema em foco.

Além disso, convém destacarmos a importância dos recursos coesivos na construção dos sentidos do texto e no encadeamento das ideias estabelecidas no nível das frases, dos parágrafos e, até mesmo, entre parágrafos. Esses recursos (coesão por reiteração, coesão por associação de ideias ou, até mesmo, coesão por conexão de ideias) desempenham papel preponderante para garantir a unidade semântica de um texto e, além disso, fazem com que a engrenagem argumentativa do texto funcione de forma eficaz, porque evidenciam o posicionamento de quem escreveu o texto a respeito do tema do texto (ANTUNES, 2005). Na seção sobre as dimensões argumentativas no contexto do AO, discorreremos sobre os operadores argumentativos e retomaremos a discussão sobre o papel das conjunções no processo de direcionamento argumentativo em textos, bem como na explicitação de marca de autoria.

Interessa saber, ainda, que na construção da estrutura argumentativa, especialmente no contexto do AO, deve-se levar em consideração os interlocutores do texto, pois, como sabemos, a escolha de determinado argumento pode ser convincente para determinado público, enquanto que para outro pode não ser (KAUFMAN; RODRÍGUEZ, 1995).

Todavia, para que o articulista atinja seu objetivo comunicativo com o AO, será preciso construir uma estrutura argumentativa eficiente. É sobre ela que discorreremos a seguir.

1.3 OS ELEMENTOS DA ARGUMENTAÇÃO E DA CONTRA-ARGUMENTAÇÃO

Inicialmente, é salutar destacarmos que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) enfatizam a pertinência da oferta de subsídios teórico-práticos para que o(a) cidadão(ã) desenvolva a consciência crítica no convívio social e na garantia de direitos que a ele(a) e a seus pares são intrínsecos: “[...] a democratização da sociedade exige, necessariamente, informação e conhecimento para que a pessoa possa situar-se no mundo, argumentar, reivindicar e ampliar novos direitos” (BRASIL, 2013, p. 528). Acrescente-se, ainda, que o conhecimento de elementos linguísticos (plano global, conteúdo composicional e estilo) e extralinguísticos (expressão facial, corporal e gestual) torna-se essencial para preparar esse sujeito para compreender o mundo e

agir nele. Nesse contexto, o gênero artigo de opinião funciona como prática social que pode permitir ao (à) estudante discutir sobre os problemas que afetam a harmonia social.

A argumentatividade é elemento caracterizador da interação social por meio da língua, pois o homem, constantemente, forma juízos de valor e tenta influenciar o comportamento do outro ou fazer com que ele compartilhe determinadas opiniões. Mesmo nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau (KOCH, 2011).

Para Anscombre e Ducrot (1988), a tese (*topoi*) é uma espécie de modelo a partir do qual muitos argumentos podem ser construídos. O argumento é, por sua vez, uma viagem lógica que se inicia com a formulação de premissas válidas e acaba com uma dada conclusão. Em outras palavras, um bom argumento é aquele cujas premissas apresentam boas razões para apoiar a conclusão. Já o contra-argumento demarca textualmente a reação do autor do texto frente às possíveis discordâncias de seu interlocutor com relação à tese defendida no texto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

É na dimensão dialógica que são constituídos valores para tomada de posição em situações que envolvem temas controversos. Nessa perspectiva, para desenvolver a presente pesquisa, apoiamo-nos na concepção dialética de argumentação, ampliada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) sob a nomenclatura de Nova Retórica. Nessa corrente de estudos, o pensamento pode ser verossímil ou não, mas nunca verdadeiro ou falso. Acrescente-se, ainda, que possíveis reações, contrariedades e, mesmo, refutações elaboradas por quem se deseja convencer são levadas em consideração.

No que se refere à estrutura da argumentação, este trabalho está ancorado no modelo proposto por Ducrot (1990), que propõe uma concepção semântica da argumentação, uma vez que as informações contidas em um enunciado não são suficientes para dar conta dos encadeamentos possíveis a partir dele. Isso pode ser observado, por exemplo, através da noção de pressuposição, em que um enunciado E1 contempla uma pressuposição p e estabelece P. A título de ilustração, podemos afirmar que <Não mais existe representatividade política no Brasil> consiste em um enunciado. Através dele, podemos pressupor que já houve representatividade política no Brasil. Nessa perspectiva, é estabelecida a ideia de que, no contexto atual, a

sociedade não reconhece os representantes políticos que possui como verdadeiros representantes de interesses coletivos.

Também apoiamo-nos nas considerações de Grize (1990), quando defende que a insistência não está posta diretamente sobre a linguagem, mas sobre os processos cognitivos que a ela subjazem. Trata-se de uma lógica que leva em conta o diálogo. Portanto, a lógica natural pode ser entendida como o estudo das operações lógico-discursivas que permitem construir e reconstruir uma esquematização, funcionando como uma construção dialógica.

Finalmente, consideramos, ainda, as contribuições de Toulmin (2001), ao defender que o discurso argumentativo é composto por seis elementos: uma conclusão, que é afirmada conforme um dado. Esse último é autorizado por uma lei de passagem, ela mesma apoiada em suporte. Por sua vez, esse suporte é matizado pela introdução de um modalizador, que pode ser desenvolvido em uma restrição. Para ilustrar essa teorização, poderíamos considerar que na sentença “Vai chover hoje, uma vez que o céu está nublado e esse fato é um forte indício de que irá chover. Então, desde já, prepare o seu guarda-chuva, a menos que esta seja uma nuvem passageira.”, o trecho <Vai chover hoje> é uma conclusão. Por sua vez, o trecho <uma vez que o céu está nublado> é um dado. Além disso, a sentença <e esse é um forte indício de que irá chover> é uma garantia, apoiada em um suporte. Este suporte, por sua vez, é matizado pelo modalizador <Então, desde já, prepare o seu guarda-chuva>. Finalmente, o trecho <A menos que seja uma nuvem passageira> é uma restrição.

Nesta altura da nossa discussão, interessa saber que utilizamos esses modelos teóricos de argumentação para visualizarmos como essas engrenagens argumentativas impactam diretamente no objetivo proposto com o gênero em questão, o artigo de opinião (AO). Não é nosso objetivo postular que existe uma receita para construção de um texto da ordem do argumentar, como o AO. Pelo contrário, advogamos pela liberdade de escrita dos estudantes, bem como pelo uso criativo de estratégias argumentativas. O que discutimos aqui é se, à luz das contribuições teóricas já mencionadas, é possível vislumbrar nas estruturas argumentativas dos AO apresentados por alunos do 3º ano do EM, se a funcionalidade e a estrutura do gênero AO foram obedecidas para que estes sujeitos consigam agir no mundo via texto, provocando alguma espécie de mudança nos seus interlocutores a respeito do assunto sobre o qual opinam. Além

disso, pretendemos descobrir o que essas produções reverberam no campo dos estudos da linguagem e da educação.

Convém destacarmos, ainda, que a introdução de um texto argumentativo pode ser feita através da apresentação de fatos, de declaração inicial, pequena narrativa, intertextualidade, pergunta, comparação com vistas à identificação de semelhanças ou dessemelhanças entre a temática discutida e outras temáticas, definição, categorização, enumeração de casos como exemplificação ou, ainda, modificação da percepção sobre determinada temática na linha do tempo (KOCH; ELIAS, 2016).

O desenvolvimento da argumentação, por sua vez, pode ser feito através de pergunta e apresentação de resposta, levantamento de problema e apresentação de possíveis soluções, indicação de argumentos favoráveis *versus* argumentos contrários, comparações, bem como exemplificações (KOCH; ELIAS, 2016).

Já a conclusão pode ser feita através da elaboração de uma síntese do texto argumentativo, da apresentação de solução para um problema, remissão a textos ou, ainda, através de pergunta retórica (KOCH; ELIAS, 2016).

Portanto, argumentar é essencial para o homem na medida em que o habilita a buscar cooperativamente uma verdade. Verdade não constituída de uma certeza plena e absoluta, mas, sobretudo, compreendida como representação de ideologias e culturas. Logo, é preciso vislumbrar na língua e pela língua a possibilidade real e concreta de agir, no dizer de Bronckart (2006), para conquistar adesão a partir do convencimento (entenda-se por convencer “vencer junto”), sem imposição, mas com a participação do outro na construção de sentidos que (re)construam e transformem argumentos e discursos.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho, optamos pela abordagem qualitativa e de natureza exploratória, uma vez que estamos interessados em investigar como os(as) estudantes utilizam a argumentação e a contra-argumentação em seus textos, tentando alcançar, dessa forma, o efeito provocado pela presença ou ausência desses elementos nos artigos de opinião (AO) produzidos por eles(as).

Segundo Flick (2007, p. ix), “a pesquisa qualitativa acontece no mundo real com o propósito de compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas”. Essas formas incluem análise de experiências individuais ou coletivas, de interações, de documentos (textos, imagens, filmes ou música).

Interessa saber que optamos, também, por realizar uma pesquisa de natureza exploratória, porque esse tipo de pesquisa se configura como um estudo preliminar voltado a familiarizar o pesquisador com o fenômeno de investigação. O objetivo, portanto, é “ampliar seu conhecimento sobre o tópico escolhido” (LODICO *et al.*, 2006, p. 26). No nosso caso, embora tenhamos conhecimento de que o gênero AO tem sido objeto de várias investigações científicas sob perspectivas teóricas diversas, ainda falta um olhar mais preciso sobre como os(as) estudantes mobilizam estruturas argumentativas em defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto polêmico que afeta a harmonia social e de que forma essas produções reverberam em demandas ainda não solucionadas no campo de estudos da linguagem e da educação.

Assim, utilizaremos 2 (dois) AO produzidos por alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Pública Estadual localizada na cidade de Itaquitinga-PE para compor os *corpora* do presente trabalho. Todavia, interessa saber que não houve de nossa parte um critério explícito para a seleção das produções, pelas professoras. Também não foram feitas exigências sobre o que deveria ou não constar no texto produzido pelos alunos, tampouco acompanhamento por nós do momento de produção, uma vez que nosso objetivo, nessa etapa da pesquisa, foi deixar que as professoras executassem seu trabalho com a menor interferência possível, e que elas próprias selecionassem exemplares de produções dos seus alunos que servissem de base para que pudéssemos entender o que elas estavam identificando como dificuldade dos alunos no processo de produção do gênero artigo de opinião. Assim, dos dois textos que compõem o nosso material de análise, um deles pertence a uma turma X e o outro a uma turma Y de 3º ano do EM, tendo em vista que participaram da nossa pesquisa de Mestrado duas professoras de Língua Portuguesa que atuam nesta série/ano escolar e, cada uma, contribuiu com 1 (um) texto.

Para a seleção dos sujeitos, foram estabelecidos alguns critérios: serem professores de língua portuguesa; atuarem em turmas do Ensino Médio e participarem voluntariamente da investigação. Então, essas profissionais foram escolhidas em entrevista semiestruturada com

professores da escola campo de pesquisa, porque eram as únicas profissionais da área de linguagens da instituição e por atenderem aos critérios apresentados anteriormente. Na ocasião, instamos essas professoras a responder com qual gênero tinham dificuldade de trabalhar em sala de aula. E, como no 3º ano do EM, existe um incentivo para que as escolas participem da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, elas pontuaram o desafio de mediar o conhecimento a respeito do AO, bem como trabalhar com a produção dele no contexto do EM. As professoras supracitadas expressaram a necessidade de formações continuadas a respeito do assunto, pontuaram que os cursos oferecidos pelo Cenpec (empresa organizadora da Olimpíada) são ofertados em curto período de tempo e elas acabam perdendo a data da inscrição, além dos desafios para elas entenderem melhor o que é o gênero e como solicitar sua produção e fazer a mediação desses conhecimentos para os alunos.

Sobre entrevistas semiestruturadas, convém destacarmos que:

Esse instrumento pressupõe que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões de sua experiência e comunicar representações e análises suas, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideais (CHIZOTTI, 2010, p. 92-93).

Os alunos autores dos AO, por sua vez, pertencem ao contexto urbano e a realidades socioeconômicas distintas. É necessário destacar, ainda, que, seguindo as orientações do Conselho de Ética e Pesquisa da da Universidade de Pernambuco (CEP-UPE), Conselho ao qual submetemos a presente proposta de pesquisa¹ e ela foi aprovada através do CAA nº 79206317.6.0000.5207, tomamos as medidas protetivas adequadas para os sujeitos da pesquisa. Nessa direção, resguardamos a identidade deles, utilizando siglas. Nesse sentido, utilizamos S1 e S2 para identificar as professoras, A1 e A2 para identificar cada aluno(a) e, ainda, T1 e T2 para fazer menção a cada texto produzido por eles. Resguardamos também o nome da escola, apresentando apenas a rede de ensino e o estado da federação.

Uma vez explicitados os sujeitos e o *lôcus* da pesquisa, é salutar destacar que, de posse dos dados, foi feito o tratamento das informações com base em elementos da análise de

¹O presente trabalho consiste em um recorte da pesquisa original, devido ao tamanho do corpus e à adequabilidade deste ao formato de artigo científico. Porém, interessa saber que a essência do trabalho foi mantida.

conteúdo categorial, de Bardin (2006), que, segundo ela, consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações e utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Ainda segundo a autora, a análise de conteúdo se faz mediante a compreensão do jogo entre as hipóteses, as técnicas e a interpretação. Assim, a seguir, analisaremos os procedimentos de construção do gênero AO, considerando as seguintes categorias: contexto, conteúdo temático e plano global do texto, com especial enfoque na presença/ausência de elementos da argumentação e/ou da contra-argumentação e teceremos considerações sobre o efeito dessa presença/ausência na sustentação da tese formulada pelos alunos.

Na categoria contexto, analisamos se o(a) estudante, ao produzir o AO considera: quem são os participantes da situação comunicativa, qual é o assunto do texto e, ainda, qual é o estilo que deve ser empregado na construção dele.

Na categoria conteúdo temático, procuramos identificar se o(a) estudante efetivamente discorre sobre o tema proposto e mobiliza estratégias argumentativas em defesa de um ponto de vista.

Já na categoria plano global do texto, objetivamos visualizar na produção desses estudantes elementos importantes do AO, que são: título, tese, argumentos, contra-argumentos e conclusão.

O título é a palavra ou frase que, no contexto do artigo de opinião, o articulista utiliza para atrair o leitor para conferir o texto em sua integralidade.

A tese, por sua vez, é a declaração principal do articulista a respeito do tema proposto. É a partir dela que o articulista desenvolverá toda a estratégia argumentativa do artigo de opinião.

Os argumentos são evidências de que a opinião do articulista merece a atenção do leitor. Como vimos, a estrutura do argumento contém basicamente o tópico frasal, um dado e uma conclusão. Já o contra-argumento é a estrutura discursiva a partir da qual são rebatidas possíveis discordâncias a respeito da argumentação do texto.

Finalmente, na conclusão reitera-se a tese que se quer defender no texto ou apresenta-se uma proposta de resolução ou, pelo menos, redução dos impactos do problema em questão (KOCH; ELIAS, 2016).

3. ARGUMENTAÇÃO E CONTRA-ARGUMENTAÇÃO NOS TEXTOS

Uma vez que nosso objetivo com este trabalho é investigar as estratégias argumentativas mobilizadas por alunos(as) do Ensino Médio na produção de artigos de opinião (AO), bem como refletir sobre o papel destes elementos na defesa de um ponto de vista, apresentamos, na íntegra, a seguir, os dois textos produzidos pelos alunos(as), seguidos das respectivas análises.

Água: um dever de todos

A água é um componente mais abundante do mundo, ocupando cerca de 70% da superfície terrestre, sem falar que ela é indispensável para os seres humanos. Na presente época, o Brasil é o país com o maior reservatório de água doce do mundo. No entanto, os sistemas de reserva estão cada vez mais secos, sobretudo, por consequência do homem.

Há muito tempo já vem se falando sobre o racionamento de água, entretanto de quase nada adiantou. As pessoas ainda insistem no desperdício desse bem, de modo que usam a água indevidamente, gerando, assim, graves consequências para o futuro.

Outro ponto que merece destaque é a poluição. O homem está produzindo cada vez mais, sem pensar no meio ambiente. O derramamento de esgoto nos rios e mares é um exemplo vivo dessa problemática. Os mais prejudicados são os peixes e as demais vidas marinhas. Dessa forma, cerca de 28% são mortos diariamente.

A mídia já propaga assuntos referentes a consentimento do uso da água, ademais precisamos que elas atuem de forma mais eficiente, por meio de propagandas publicitárias que cause impacto ao leitor. O Estado deve aplicar leis mais severas para crimes ambientais, deste modo, preservando este recurso natural. A população também é um agente principal, precisamos que as pessoas usem a água de modo responsável, com o intuito de preservar o meio ambiente.

Texto 1: Artigo de opinião produzido por A1
Fonte: A1.

Após a leitura do texto 1 (T1), é possível afirmarmos que A1 possivelmente considerou os participantes da situação comunicativa em questão: participantes, tema e estilo, porque, antes da produção do texto, segundo a professora S1, foi informado aos alunos quem seriam os interlocutores dos textos produzidos por eles: o signatário desta pesquisa, bem como toda comunidade acadêmica que tiver acesso a este texto. Além disso, estes alunos foram instigados ao debate sobre os recursos naturais no município de Itaquitanga e, ainda, eles tiveram contato com modelos de artigo de opinião.

No que se refere ao conteúdo temático do texto em análise, podemos afirmar que A1 discorre sobre o problema da escassez de água no mundo. E A1 mobiliza informações científicas, bem como conhecimentos atuariais para discorrer sobre o assunto, sem desviar dele.

No que se refere ao plano global do texto, podemos afirmar que A1 oferece título que pode não ser atrativo para o leitor, uma vez que consiste em uma frase que não problematiza (pelo menos explicitamente!) o tema, tampouco instiga o leitor a verificar o conteúdo integral do texto.

No que se refere à proposição de uma tese, podemos até inferir pela materialidade linguística do texto que A1 quer defender que é dever de todos nós preservarmos esse importante recurso, mas está acabando devido à ação antrópica. Todavia, isso é mera especulação, porque essa tese não está explícita no texto. O que está posto no texto no primeiro parágrafo é que “os sistemas de reserva estão cada vez mais secos, sobretudo, por consequência do homem.” Falta, portanto, a A1 explicitar a tese que pretende defender ao longo do AO. Destaque, ainda, que faltou a apresentação dos argumentos no parágrafo introdutório, conferindo, assim, direção ao texto.

Quanto aos argumentos/contra-argumentos oferecidos em defesa da suposta tese a que fizemos referência acima, podemos listar os seguintes elementos, que popularmente chamamos de tópicos frasais: “Há muito tempo já vem se falando sobre o racionamento de água, entretanto de quase nada adiantou.”² (I5-6); “Outro ponto que merece destaque é a poluição.” (I8). Considerando a teoria de Toulmin (2001), esses tópicos funcionam como conclusões, afirmadas com base na apresentação de dados como: “Há muito tempo já vem se falando sobre o racionamento de água” (I5); “As pessoas ainda insistem no desperdício desse bem, de modo que usam a água indevidamente,...” (I6-7); “O homem está produzindo cada vez mais, sem pensar no meio ambiente. O derramamento de esgoto nos rios e mares é um exemplo vivo dessa problemática. Os mais prejudicados são os peixes e as demais vidas marinha (*sic*).” (I8-10). Seguido desses elementos, também identificamos a presença de modalizadores, como: “gerando, assim, graves consequências para o futuro.” (I7); “Dessa forma, cerca de 28% são mortos diariamente.” (I10-11). É válido lembrar que também podemos vislumbrar uma garantia na

² Tomamos a sentença como um todo, mesmo contendo um dado na sua estrutura, na tentativa de explicitar a tese de A1, que, no nosso entendimento, só pode ser deduzida considerando esse dado.

estrutura argumentativa acima: “O derramamento de esgoto nos rios e mares é um exemplo vivo dessa problemática.” (I9-10).

A presença desses elementos revela que, mesmo que A1 desconheça esses termos técnicos relacionados à estrutura da argumentação, bem como a função deles na engrenagem argumentativa, estes elementos corroboram o alcance do objetivo socialmente estabelecido com o uso do gênero artigo de opinião: este(a) estudante está se posicionando, ainda que haja a necessidade de ajustes no texto, sobre uma questão que afeta a harmonia social, que é a má utilização dos recursos hídricos. É válido lembrar que o tipo argumentativo predomina no texto. E esse posicionamento crítico certamente promoverá algum tipo de reação do leitor do texto, já que os argumentos, que também funcionam como contra-argumentos no texto podem convencer o leitor a dar credibilidade à opinião de A1.

Também podemos afirmar com Ducrot (1990) que as expressões destacadas nas sentenças a seguir, como, por exemplo: (a) “Há muito tempo já vem se falando sobre o racionamento de água, entretanto de quase nada adiantou.” e (b) “As pessoas ainda insistem no desperdício desse bem, de modo que usam a água indevidamente,...” nos proporcionam inferências como: com base na sentença “a” , podemos afirmar que já houve campanhas de conscientização sobre o racionamento de água, e que, ao que parece, essas tentativas de conscientização dos que integram a sociedade não surtiram efeito. Por sua vez, a sentença “b” nos possibilita inferir que o uso indevido dos recursos hídricos ainda pode ser verificado. Interessa saber, ainda, que essa estratégia argumentativa só pode funcionar se forem considerados os interlocutores do texto, conforme Grize (1990). E é o que A1 faz ao longo de todo o seu texto: estabelece uma argumentação assentada no diálogo com seus interlocutores.

A1 ainda oferece o trecho a seguir como conclusão de seu texto: “A mídia já propaga assuntos referentes a consentimento do uso da água, ademais precisamos que elas atuem de forma mais eficiente, por meio de propagandas publicitárias que cause impacto ao leitor. O Estado deve aplicar leis mais severas para crimes ambientais, deste modo, preservando este recurso natural. A população também é um agente principal, precisamos que as pessoas usem a água de modo responsável, com o intuito de preservar o meio ambiente.” (I12-17). Assim, podemos afirmar que, ao invés de reiterar sua tese, A1 apresenta uma suposta proposta de intervenção para o problema do uso consciente dos recursos hídricos, pontuando possíveis

agentes transformadores da realidade em questão: a mídia, por exemplo; revelando o que pode ser feito: uma atuação mais eficiente da mídia; explicitando como essa ação pode ocorrer: “por meio de propagandas publicitárias impactantes” e, ainda, definindo o objetivo dessa ação: “preservar o meio ambiente”. Conforme Koch e Elias (2016), sabemos que esse movimento também pode ocorrer na conclusão. Porém, acreditamos que, se A1 tivesse reforçado seu posicionamento crítico a respeito do assunto, certamente as engrenagens argumentativas funcionariam de forma mais eficaz.

Vejamos, a seguir, como A2 construiu o esquema argumentativo dele(a):

Violência Sexual

A violência é uma das maiores preocupação da sociedade brasileira. Em nosso país temos uma lei que dar direito a todo cidadão de se expressar e as vezes abusamos desse direito e começamos a ofender as pessoas por pensar que isso está no nosso direito. O que é violência sexual?

É um fenômeno social que envolve qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual, envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente. Se expressa por meio de exploração ou abuso sexual.

O abuso sexual na criança ou no adolescente em uma relação de poder desigual, geralmente por pessoas muito próximas, podendo ser ou não da família, e que se aproveitam dessa relação de poder e de confiança psicológica está sempre presente.

As notícias acerca da violência praticada contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, seja na forma de abuso ou na de exploração têm aumentado assustadoramente.

A pedofilia e o tráfico interno de seres indefesos, situações que em virtude da maior vulnerabilidade oriunda da exposição intensificam-se no período carnavalesco. As consequências do abuso sexual são delicadas, e ainda mais delicadas quando o abuso é praticado por alguém da família por quem deveria se sentir protegida. Mais a única forma de acabar com todo e qualquer tipo de violência é mudando os nossos hábitos e assim teremos um mundo bem melhor.

Artigo de opinião produzido por A2

Fonte: A2.

Considerando a materialidade linguística do texto 2 escrito por A2, bem como o discurso de S2 sobre as orientações dadas para seus alunos no momento que antecedeu a produção dos artigos de opinião deles, podemos afirmar que A2 sabia quem seriam os interlocutores do seu AO: o signatário desta pesquisa e, conseqüentemente, todos aqueles que tivessem acesso ao material, principalmente sujeitos da esfera acadêmica. Entretanto, segundo S2, como seus alunos não foram instruídos a escrever sobre um tema específico, não houve debate sobre o tema escolhido por A2. E, ainda segundo S2, ela apresentou para seus alunos os aspectos

discursivos e notacionais do gênero artigo de opinião. Desse modo, podemos afirmar que A2 pode ter tido conhecimento sobre quem são os participantes do ato comunicativo, todavia faltou desenvolver em A2 competências e habilidades inerentes à defesa de um ponto de vista a respeito de determinado assunto, bem como a seleção de argumentos que confirmam sustentação ao ponto de vista assumido por A2. Além do já exposto, convém destacarmos que, como S2 não apresentou modelos de AO para seus alunos, certamente eles podem ter dificuldades para redigir o texto deles de forma adequada, privilegiando o registro formal da Língua Portuguesa.

Quanto ao conteúdo temático do texto produzido por A2, podemos afirmar que o(a) estudante inicia o texto discorrendo de forma mais ampla sobre o tema da violência, sem se deter aos dois principais tipos de violência: a violência física e a violência verbal. Todavia, na sequência das frases que compõem o parágrafo introdutório do texto A2 discorre sobre a violência verbal, aparentemente afinando a abordagem temática e, desse modo, comprometendo-se a revelar seu posicionamento crítico a respeito da violência verbal. Mas não é isso o que acontece, porque, após a apresentação de uma sequência expositiva sobre a violência verbal, A2 lança um questionamento: “O que é a violência sexual?”, quebrando todas as expectativas do leitor. Interessa saber que A2 discorre sobre violência sexual nos dois primeiros parágrafos do desenvolvimento do AO, porém restringe a discussão sobre a violência sexual relacionada a crianças e adolescentes apenas no terceiro parágrafo do desenvolvimento, perdendo, assim, espaço para discutir o assunto de forma precisa e equilibrada. Acrescente-se, ainda, que A2 apresenta novas informações no que já seria o parágrafo conclusivo do AO e oferta como conclusão uma suposta proposta de intervenção, embora que de conteúdo vago, para se não solucionar o problema, ao menos reduzir os impactos dele. Essa suposta proposta de intervenção retoma, mais uma vez, a discussão do tema de forma ampla.

As informações veiculadas anteriormente reforçam a tese de que A2 desconhece a estratégia argumentativa comumente utilizada no AO e, por essa razão, apresenta um texto com estrutura deficiente, que não corrobora o alcance do objetivo socialmente pretendido com o uso do gênero artigo de opinião como prática social: posicionar-se criticamente sobre um tema polêmico, que afeta a harmonia social e, dessa forma, provocar alguma mudança no leitor. Em outros termos, sentenças do tipo expositivo aparecem no texto com mais frequência do que sentenças do tipo argumentativo, ou seja, A2 certamente não compreende que no AO ele(a)

deve revelar o que pensa sobre o tema em debate e apresentar argumentos/contra-argumentos em defesa de seu ponto de vista.

Quanto ao plano global do texto, podemos afirmar que o título oferecido por A2 para o seu texto, semelhantemente ao título oferecido por A1, não problematiza o tema, tampouco pode ser considerado um título atraente, que potencialmente chame a atenção do leitor para conferir o texto em sua integralidade.

A tese defendida por A2 é: “A violência é uma das maiores preocupação (*sic*) da sociedade brasileira” (I1). Porém, acreditamos que apenas essa declaração não dá conta de explicitar a postura crítica de A2, evidenciada nas demais sentenças que compõem o discurso do AO escrito por ele(a). É válido lembrar que, ao longo do texto, A2 fornece pistas de que parece estar preocupado(a) com a defesa da tese de que a violência em todas as suas expressões precisa acabar, porque seus efeitos são danosos e irreparáveis. Desse modo, é preciso estar atento aos seus indícios e combatê-los.

No que se refere aos argumentos/contra-argumentos oferecidos por A2 para defesa da tese, identificamos os seguintes dados, considerando as contribuições teóricas de Toulmin (2001): “É um fenômeno social que envolve qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual, envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente. Se expressa por meio de exploração ou abuso sexual.” (I 4-6); “O abuso sexual na criança ou no adolescente em uma relação de poder desigual, geralmente por pessoas muito próximas, podendo ser ou não da família, e que se aproveitam dessa relação de poder e de confiança psicológica está sempre presente.” (I 7-9); “As notícias acerca da violência praticada contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, seja na forma de abuso ou na de exploração têm aumentado assustadoramente.” (I10-11); “A pedofilia e o tráfico interno de seres indefesos, situações que em virtude da maior vulnerabilidade oriunda da exposição intensificam-se no período carnavalesco. As consequências do abuso sexual são delicadas, e ainda mais delicadas quando o abuso é praticado por alguém da família por quem deveria se sentir protegida.” (I12-15). Observa-se, portanto, que a falta de subsídios teórico-práticos a respeito da funcionalidade do gênero artigo de opinião, bem como o desconhecimento da estrutura mais ou menos fixa dele foram fatores decisivos para que A2 não alcançasse o objetivo pretendido com o texto.

Como vimos, para que a engrenagem argumentativa funcione de forma efetiva, é preciso que o articulista apresente uma estratégia argumentativa eficaz, o que significa dizer que, embora não haja receita para fazer uma boa argumentação no contexto do AO, há elementos que, uma vez utilizados no texto, podem ajudar o autor do texto a se posicionar criticamente a respeito de um assunto polêmico, oferecendo argumentos que podem convencer seus interlocutores a mudarem de comportamento frente ao problema em questão. Nessa direção, faltam no AO produzido por A2 elementos básicos da estrutura argumentativa, como conclusão, modalizador (os mais básicos!) e, ainda, a apresentação de garantia(s), suporte(s), bem como algum tipo de restrição, caso A2 quisesse oferecer.

A ausência de elementos como a conclusão deixa o texto sem direção, pois não são apresentados, tampouco discutidos de forma produtiva os argumentos que poderiam embasar a opinião de A2. O mesmo ocorre com a ausência de modalizadores que poderiam reiterar o argumento oferecido em cada parágrafo do desenvolvimento e explicitar as marcas de autoria no texto, através do uso de operadores argumentativos (mas, logo, pois etc., por exemplo), comprovando que houve um movimento reflexivo-crítico por parte do articulista sobre a matéria sobre a qual escreve. A apresentação de garantias apoiadas em suportes poderia também deixar mais evidente a estratégia de convencimento dos leitores do AO pelo(a) autor(a) do texto. Já as restrições poderiam explicitar para o leitor que o autor(a) conhece os possíveis contra-argumentos relacionados ao tema em debate. É muito incipiente apresentar apenas dados do mundo real sem dizer aonde se quer chegar com a apresentação destes. Qual o ponto de partida? Qual é o ponto de chegada dessa argumentação? Estas são perguntas para as quais não temos respostas.

Todavia, considerando agora a contribuição de Ducrot (1990) para o campo de estudos da argumentação, que consiste na afirmação de que as informações contidas em um enunciado não são suficientes para dar conta dos encadeamentos possíveis a partir dele, podemos afirmar, por exemplo, que a apresentação do dado: “Em nosso país temos uma lei que dar (*sic*) direito a todo cidadão de se expressar e as vezes abusamos desse direito e começamos a ofender as pessoas por pensar que isso está no nosso direito” (l 1-3) nos permite fazer as seguintes inferências: a lei a que A2 faz referência é a Constituição Federal e a nomenclatura do tipo de violência descrito textualmente por A2 é a violência verbal. Além disso, podemos inferir que quando “abusamos desse direito e começamos a ofender as pessoas por pensar que isso está no

nosso direito”, estamos, portanto, infringindo a lei, o que pode acarretar em punição pelos aparelhos de repressão do Estado. O mesmo ocorre no trecho: “É um fenômeno social que envolve qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual, envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente. Se expressa por meio de exploração ou abuso sexual.” (l 4-6), por exemplo. A partir desse dado, também podemos inferir as seguintes informações: o jogo, ato ou relação sexual que envolve uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente é convencionalmente chamado de pedofilia. Além disso, o fato de A2 declarar que o tema em questão consiste em um fato social, revela que ele(a) têm consciência de que para um problema atingir esse status é porque ele já alcançou significativa proporção social. Logo, é nocivo ao tecido social. E, ainda, pelo o que sabemos, a exploração e o abuso social são atitudes covardes de um ser humano sobre o outro, ainda mais em se tratando de um sujeito maior de idade em relação ao outro, que como diz A2 em seu AO, muitas vezes é alguém que tem a confiança dos familiares da vítima.

Com as reflexões tecidas no parágrafo anterior, queremos afirmar com Koch (2011) que a argumentatividade atravessa nossos discursos. Prova disso é que A2 consegue, mesmo que de forma incipiente, demonstrar fragmentos de um possível movimento argumentativo. Todavia, falta a A2 mais conhecimento sobre o que é o gênero AO e sua funcionalidade para que ele(a) o utilizasse de forma eficaz. Interessa saber, ainda, que a materialidade linguística do texto oferecido por A2 não nos permite afirmar se ele(a) pensou sobre as questões de estilo que estão relacionadas ao princípio da argumentação dialógica proposta por Grize (1990).

No parágrafo que seria o parágrafo conclusivo do AO produzido por A2, além de mais dados, encontramos uma suposta proposta de intervenção de A2 para o tema em discussão, o que, segundo Koch e Elias (2016), também pode ser apresentado na conclusão do texto. Vejamos: “Mais a única forma de acabar com todo e qualquer tipo de violência é mudando os nossos hábitos e assim teremos um mundo bem melhor.” (l 15-16). Porém, considerando a materialidade linguística do trecho, podemos afirmar que a referida proposta é vaga, porque não discrimina que hábitos efetivamente precisamos mudar, como essa mudança pode ocorrer e, ainda, qual é o conceito de “mundo bem melhor” definido por A2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, perseguimos nosso objetivo de investigar as estratégias argumentativas mobilizadas por alunos(as) do 3º ano do Ensino Médio na produção de artigos de opinião (AO). Deste modo, procuramos identificar os elementos argumentativos utilizados pelos referidos alunos e refletir sobre o papel deles na defesa de um ponto de vista.

Nessa perspectiva, identificamos, com base na fala de S1, que A1 conhece os elementos do contexto de produção do seu AO. Além disso, A1 não foge à discussão do tema proposto, perseguindo-o do início ao fim do seu texto. Também podemos afirmar que A1 oferece título para seu texto. Porém o título oferecido não problematiza, tampouco atrai os leitores para conferir o AO em sua integralidade. A1 não oferece tese completa, apenas indícios de uma postura reflexivo-crítica em defesa do uso consciente dos recursos hídricos. No que se refere aos argumentos oferecidos por A1, identificamos que eles convergem para defesa do suposto ponto de vista de A1, todavia eles poderiam ser um pouco mais aprofundados. Quanto à conclusão, A1 oferece uma suposta proposta detalhada de intervenção frente ao problema observado.

Quanto à A2, podemos afirmar, com base na fala de S2, que embora A2 soubesse quem seriam seus interlocutores, ele(a) não domina o assunto sobre o qual discorre, porque não houve debate sobre o assunto, tampouco A2 conhece de forma suficiente os aspectos discursivos e notacionais do gênero AO, porque apresenta um texto com fragilidades na estrutura argumentativa e, até mesmo, no projeto de dizer de A2. No que se refere ao conteúdo temático, A2 inicialmente demonstra o desejo de discutir sobre violência de forma ampla, porém, na sequência de seu discurso sinaliza preocupação em discutir a violência verbal, dando maior ênfase à violência sexual, especialmente. Entretanto, acaba abandonando esse projeto de texto em favor da discussão sobre a violência sexual relacionada à criança e ao adolescente. Em outros termos, A2 parece estar inseguro(a) quanto ao que efetivamente pretende discorrer. Quanto ao plano global do texto, A2 também apresenta título que não problematiza o tema da violência no sentido geral do termo. Além disso, a tese oferecida por A2 parece vaga, porque não explicita o que a materialidade linguística do texto evidencia: a violência em todas as suas expressões precisa acabar, porque seus efeitos são danosos e irreparáveis. Desse modo, é preciso estar atento aos seus indícios e combatê-los. No que se refere ao uso de argumentos/contrargumentos em defesa de um ponto de vista, o AO objeto de discussão apresenta mais

sequências expositivas do que sequências argumentativas, o que faz com que as engrenagens da argumentação de A2 fiquem travadas, já que os demais elementos da estrutura da argumentação não foram utilizados, conferindo eficiência e precisão à argumentação de A2. Quanto à conclusão, A2 também oferece uma suposta proposta de intervenção, porém a proposta é muito frágil, porque não é detalhada.

Esses dados revelam que muito ainda precisa ser feito no campo de estudos sobre argumentação no contexto escolar, porque, como foi possível observar, os(as) alunos(as) certamente estão “anteados” com as questões que afetam a vida em sociedade, porém faltam-lhes o conhecimento adequado sobre a funcionalidade e a estrutura do gênero artigo de opinião, bem como conhecimento adequado para o trabalho com estratégias argumentativas.

Todavia, sabemos que as dificuldades apresentadas pelos alunos reverberam nas dificuldades que as professoras, sujeitos de nossa pesquisa, também possuem com relação ao conhecimento sobre os aspectos discursivos e notacionais do gênero artigo de opinião e, principalmente, as orientações para produção desse gênero no contexto do 3º ano do EM.

É preciso, também, que seja respeitado o ritual de conhecimento e apropriação do gênero artigo de opinião (como qualquer outro gênero): os alunos precisam ter acesso a modelos do gênero, em que possam identificar neles o que usualmente é utilizado ou não; precisam discutir assuntos polêmicos que afetam a harmonia social para que adquiram competências e habilidades inerentes à argumentação (saber formular uma tese, selecionar argumentos em defesa de um ponto de vista, contra-argumentar, encerrar raciocínio, escutar o outro, refutar as ideias do outro etc.), precisam lidar com os procedimentos de construção do AO para redigi-lo de forma adequada, como saber quem são seus interlocutores, dominar o assunto sobre o qual irão discorrer e, ainda, compreender qual tipo de registro da Língua Portuguesa é mais adequado para essa situação comunicativa. Além do já exposto, os alunos precisam ter o cuidado para não fugir da discussão do tema do texto, bem como perseguir os elementos que compõem o plano global do texto, como título, tese, argumentos e contra-argumentos e conclusão.

Essa discussão tem a ver, sobretudo, com a formação inicial e continuada dos(as) professores(as) que mediam o gênero AO e sua produção no contexto escolar, pois faz tempo que o currículo de Língua Portuguesa passou a contemplar a abordagem de gênero, porém a

escola não acompanhou essas transformações, ou seja, no plano teórico houve significativas mudanças na forma de conceber língua e linguagem, apostando na aprendizagem via gêneros. Por isso, defendemos nesse trabalho linguagem como forma de interação social. Todavia, aos(as) professores(as) ainda faltam subsídios práticos para trabalhar com a mediação e a produção de gêneros no contexto escolar. Nesse sentido, ainda existem lacunas sobre o que ensinar e como ensinar. Com isso, os alunos acabam sendo afetados dentro e fora da escola e os professores desejosos de que alguém possa lhes ajudar a aperfeiçoar sua prática frente aos novos desafios no processo de ensinagem.

Reconhecemos que nosso trabalho não encerra as discussões relacionadas ao trabalho com os elementos da argumentação na sala de aula. Todavia, destacamos que ele pode contribuir na melhoria da Educação Básica brasileira na medida em que nos convida a olhar com um pouco mais de atenção para a produção textual dos nossos alunos e alunas e o que esses dados evocam.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Liège/Bruxelas: Pierre Mardaga, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação: MEC/SEB/DICEI, 2013.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL.. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. A atividade de linguagem em relação à língua – homenagem a Ferdinand de Saussure. *In*: GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; MACHADO, Anna Raquel; COUTINHO, Antônia (orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2007, p. 19-42. Coleção Ideias sobre Linguagem.

_____. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. *In*: MACHADO, Anna Raquel; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Tradução e organização de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio *et al.* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. (Série Ideias sobre Linguagem).

DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1990.

FLICK, Uwe. **Designing qualitative research**. Los Angeles: Sage, 2007.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique et language**. Gap: Ophrys, 1990.

KAUFMAN, A. M.; RODRÍGUEZ, M. H. **Escola, leitura e produção de texto**. Tradução de Injara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LODICO, Marguerite G.; SPAULDING, Dean T.; VOEGTLE, Katherine H. **Methods in educational research: from theory to practice**. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

ROJO, Roxane. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao *trivium*? *In*: SIGNORINI, Inês (org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 73-108.

TOULMIN, Stephen Edelston. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



Lenilton Damião SILVA JUNIOR

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco - PPGE/UPE. Também é avaliador de projetos de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco - UPE. Atua como professor de Redação e Língua Inglesa na EREM Professor Denival José Rodrigues de Melo - Itaquitinga-PE. É Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco - UPE (2015) e Licenciado em Letras (Português e Inglês e suas respectivas literaturas) pela mesma instituição (2013). Participa do Centro de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade de Pernambuco (CELLUPE) e, também, do Grupo de Estudos em Educação, Letramento, Oralidade e Alfabetização (ELOA), onde atua como pesquisador.

Débora Amorim Gomes da COSTA-MACIEL

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua como professora do Programa Graduação em Pedagogia e de Pós-Graduação em Educação e PROFLETRAS da Universidade de Pernambuco (UPE). É membro do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL/UFPE) e coordena o Grupo de Pesquisa em Educação, Letramento, Oralidade e Alfabetização (ELOA). Trabalha na área de Educação e Linguística, com ênfase em ensino e aprendizagem, com atenção para as discussões realizadas no âmbito da Educação básica, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação do Campo.

Recebido em 02/junho/2020 - Aceito em 18/12/2020